
PRAGA – Discussão dos novos gTLD do GAC
Terça-feira, 26 de Junho de 2012 – 09:00 to 10:00
ICANN - Praga, Republica Checa

PRESIDENTE DRYDEN:

Temos um problema com os microfones, mas vamos começar com a sessão. Antes de começar gostaria de destacar que estamos no final das mesas e é difícil ver a partir de aqui quando alguém está a pedir a palavra. Ontem alguém estava a pedir a palavra e eu não conseguia ver, peço que façam um sinal mais exagerado para que desde aqui consigamos vê-los.

O primeiro ponto que temo aqui na agenda é a questão das apresentações dos novos gTLDs, especialmente em organizações intergovernamentais. E depois da pausa para o café, teremos uma apresentação sobre as.... Acho que temos uma reunião com a ALAC e depois é que vamos continuar com o que tem a ver com os novos gTLDs. A boa notícia é que o café estará aqui fora, tanto hoje como amanhã, nas pausas para café, não sei o que a Jeannie teve que fazer para conseguir isso mas parabéns. Teremos cafezinho aqui, logo aqui.

Para não demorar mais as coisas eu vou passar a palavra para a OECD, o chefe do conselho económico e vamos ouvir a perspetiva sobre essa questão, a questão das organizações intergovernamentais e agradecemos ao representante por ter vindo para fazer essa apresentação no GAC. Muito obrigado senhora presidente.

Observação: O conteúdo deste documento é produto resultante da transcrição de um arquivo de áudio para um arquivo de texto. Ainda levando em conta que a transcrição é fiel ao áudio na sua maior proporção, em alguns casos pode estar incompleta ou inexata por falta de fidelidade do áudio, bem como pode ter sido corrigida gramaticalmente para melhorar a qualidade e compreensão do texto. Esta transcrição é proporcionada como material adicional ao arquivo de áudio, mas não deve ser considerada como registro oficial.

NICOLA BONUCCI:

Muito obrigado também por permitir-me falar, obrigado por ter-me dado essa oportunidade.

O que nós acreditamos é que é uma boa oportunidade, vou destacar que não estou a falar em nome dos esforços da OECD embora o represente. Mas como indica o PowerPoint, estou a falar em nome dos ideais que estão na pauta no final dessa apresentação, 28 organizações internacionais e também em nome de outras organizações internacionais que estão expressando a sua preocupação. Também gostaria de dizer que não estou sozinho aqui, que eu tenho a sorte de ter membros da corte internacional, do WIPO, o CERN, e também a união, UPU. Estou pronto para responder às perguntas de todos vocês.

No fundo de tudo isso, algumas indicações, primeiro essa questão do DNS. É uma questão que sempre foi observada e cuidadosamente considerada pelos IGOs desde o começo. Expressamos preocupações sobre o novo sistema.

E se vamos para o passado e observamos os diferentes correspondentes, bem antes da decisão de Singapura encontramos uma carta enviada pelo conselho legal do ano de 2005 e a OECD enviou cartas também pela altura de 2010. A WIPO enviou outra carta a 1 de novembro de 2010.

Também vou lembrar que o GAC mesmo já tinha organizado esse grupo, isso está refletido nos princípios sobre gTLDs em que tinham

que levar em conta os acrónimos que representavam os órgãos internacionais.

Quanto à sua perspectiva, eu posso perguntar qual é a sua preocupação e porque estão preocupados?

Ora bem, sem parecer pedante e sem falar sobre direito internacional, nós advogados adoramos o direito internacional, poderíamos falar durante vários dias.

Rapidamente gostaria de explicar o que é uma OIG, o que é uma organização intergovernamental. A principal diferença entre uma OIG e uma não-governamental é que a OIG é criada pelos estados, por vocês, e pelos governos que vocês representam, pelos congressos ou parlamentos. É estabelecido um tratado que é ratificado pelo parlamento ou pelo congresso. Então nós somos uma extensão dos estados, somos criados pelos estados para cumprir com um objetivo que foi definido por esse estado. Essa é a principal diferença entre as OIG e as ONG, as não-governamentais.

Mas as ONGs não foram criadas por tratados, nem por estados, são ascendentes, também tem objetivos públicos, mas não foram criadas com a aprovação específica e explícita, nem tiveram a aprovação dos congressos. E a diferença, outra diferença é que o meu salário, e os seus salários são pagos por vocês, são vocês quem paga os salários, vocês são contribuintes dentro de seus países e então as OIGs recebem contribuições que vem dos fundos públicos, que é o dinheiro dos contribuintes. Então as OIG recebem o seu pagamento pelos contribuintes canadenses, dos Estados Unidos, da Espanha, e tal.

É por isso que as OIG tem um estatuto especial, que foram os estados que deram para essa organização com muitas imunidades, muitos privilégios, não quero entrar em detalhes sobre essas imunidades mas eu digo que estamos criando essa ferramenta coletiva e não queremos que se submetam a nenhuma lei nem jurisdição nacional porque devem ser independentes porque não queremos esbanjar o dinheiro dos contribuintes com controvérsias nos tribunais internacionais.

Mais uma vez, como existem tratados sobre imunidades vocês nos deram, a nós, organizações internacionais privilégios e imunidades, o que significa que nós não podemos apresentar perante tribunais internacionais porque estamos protegidos pelo direito internacional.

O que é que há, quais são as fases da proteção dos nossos nomes e acrónimos? Segundo o direito internacional, em primeiro lugar, existem vários tratados além dos tratados que estabelecem a nossa condição e que nos estabelecem e além disso existem outros tratados que são pertinentes que vocês conhecem mas que vou relembrar, como a convenção de Paris, o acordo WTO TRIPS e o tratado sobre propriedade intelectual de 1958 que também menciona no artigo 16 e no artigo 2 sobre aspetos intelectuais e de propriedade intelectual que protege os acrónimos e abreviaturas. Então temos uma proteção similar a uma marca comercial sem ter que passar pelas formalidades nem ter que pagar para defender os nossos direitos. Então à luz desses tratados, que são tratados que os estados assinaram e foram ratificados pelos seus parlamentos então são os estados, vocês, que tem a obrigação de que um terceiro

utilize o registo como marca comercial os emblemas e acrónimos e abreviaturas das OIGs segundo estabelecido pela convenção de Paris.

Também gostaria de destacar que conforme o direito internacional, porque há outra convenção que os países membros aderiram que é a convenção geral sobre os tratados, fica claro que uma parte da convenção de Viena, e todos os países fazem parte da convenção de Viena exceto um ou dois países, uma das partes não pode utilizar o seu direito nacional para não cumprir com o que se encontra presente num tratado. É o artigo 27 da convenção de Viena.

Embora a lei nacional possa não estar em linha com a convenção internacional, o acordo TRIPS (...) continuam a estar obrigados a cumprir com a legislação internacional.

Em base, o assessoramento oferecido em abril de 2012 à junta da ICANN manifestou que o GAC consideraria um assessoramento vinculado com a nossa proteção se estivessem convencidos que nós cumpriríamos com os requisitos da proteção em dois níveis. E como eu disse antes, nós acreditamos realmente que a prova no primeiro ano é justamente o que nos é dado pelo direito internacional porque foram os seus governos que subscreveram esses tratados, caso contrário isso colocaria os seus países na posição de não cumprir com as suas obrigações.

Mas para seguir com o assessoramento, nós fizemos um estudo que diz o direito internacional, eu espero que todos tenham lido o documento de 4 de maio, nós também colocamos em anexo 130 leis nacionais que falam sobre proteção a nível nacional do nosso

nome e do nosso acrónimo. Embora possamos estar de acordo com essa prova de dois níveis, também cumprimos com ela. Vou mostrar a primeira que é a mais importante, o que diz o direito internacional a respeito de isso.

Vamos para a seguinte imagem.

Eu não quero falar excessivamente sobre essa questão porque acreditamos em definitiva, o que é importante, no nosso caso, pelo seu mérito próprio e não temos uma causa legítima. Mas aqui, eu gostaria de destacar e vocês podem ver nos direitos que são corretos, especialmente em tudo o que tenha a ver com conclusões.

Vou passar à seguinte parte da minha apresentação que diz tudo isso está bem, tudo isso é bem assim, mas porque não podemos confiar no que já temos?

Primeiramente, se fossemos utilizar a mesma analogia que utilizamos em outras situações como na área de saúde pública, ou se disséssemos vamos deixar de dar vacinas porque podemos já sarar essa doença, se disséssemos isso acho que esse não seria um encerramento lógico. A prevenção é sempre melhor que a cura. Isso acontece no mundo da saúde, no desenvolvimento e também nesse mundo.

Em segundo lugar a cura tem um custo e, mais uma vez, porque deveríamos pagar esse custo? E quando eu digo que é um custo, nós já estamos pagando por ele. Vocês estão aqui em volta dessas mesas, 7 pessoas que talvez não tenham vindo para Praga com esse objetivo. Vir a Praga foi bom e se eu tiver que sair e ir embora hoje

não vou poder fazer turismo, mas custo de um engenheiro de dinheiro público, dinheiro privado porque vocês são contribuintes e vocês estão pagando por isso e no momento em que uma organização internacional é requerida, ser eficiente, que cuide do dinheiro público, com direitos e com razões e quando muitos países e as suas cidades estão a fazer esforços e pedem aos cidadãos que façam esforços, porquê deveríamos dirigir esse tempo e esse dinheiro para entrar em mecanismos de cura. Quando, por outro lado, nós poderíamos solucionar o problema com uma abordagem preventiva. Como posso explicar aos vossos governos, aos representantes na OECD, ou OIT, IPU, como posso convence-los de que tenho que pagar para comprar um nome de domínio e que eu devo utilizar o dinheiro dos contribuintes gregos, italianos, espanhóis, quando há uma alternativa viável e que é aceitável e que faz sentido? Essa é uma pergunta e a última objeção perante esse mecanismo atual é que independentemente do que for estabelecido em definitivo isso não nos dá nenhuma garantia de adjudicação final. Porque em qualquer um dos mecanismos não somos nós quem toma as decisões. Podemos dizer qualquer coisa, e isso pode ser uma opinião, mas assessoramento, eu não digo que não tenha valor mas não somos nós quem toma as decisões.

Para alguns deles, somos exigidos e apresentamos perante tribunais nacionais, então porque deveria eu gastar o dinheiro, e eu conheço muitos estudos de advogados que fazem isso para ganhar um dinheiro, não sou eu esse caso. Porquê dar o dinheiro para isso? E além disso, como disse, isso vence todos os princípios de organização das OIG.

Após a 2ª Guerra Mundial, são independentes e não se apresentam perante nenhum tribunal internacional ou nacional. Podem passar à seguinte imagem.

Todos tem a apresentação porque distribuimos antes então não vou ler o slide porque é muito entediante o que estamos pedindo.

O que estamos pedindo, achamos pelo menos, é claro e razoável. Eu não vou ler, repito. Mas vamos tomar a base de dados para proteger os nomes da OIG. É muito simples. Os protegidos serão os que estão naquela base de dados chamada 6ter.

Qual é a vantagem? É que primeiro vai ser feito um tratado, porque se baseia na convenção de Paris, e em segundo lugar é um mecanismo de verificação e em terceiro lugar é uma lista pública, e quarto é uma lista limitada com categorias chave. Para estar dentro desses dados tem que comprovar que foi estabelecido por tratado. É muito claro, muito simples saber se uma organização foi estabelecida através de um tratado.

O que é um tratado? É um acordo entre governos assinado por todos os governos e assinado pelos parlamentos, não há qualquer coisa estranha e todos sabemos o que é um tratado.

Então, se estamos na 6ter, que é a base de dados pode estar incluído como OIG, se não, não. Gostaria de acabar então com algumas observações simples. Mais uma vez agradeço a atenção.

Em primeiro lugar, as OIGs são organizações intergovernamentais que acham que tem uma causa realmente valiosa para proteger as siglas e os nomes do registo por parte de terceiros no DNS. Em

definitivo, não é diferente do que vocês têm para si. E há uma lógica, porque nós somos uma extensão dos estados, de alguma forma. Achamos que temos as mesmas bases, os mesmos fundamentos que os estados e, no mínimo, as mesmas características específicas que as organizações não-governamentais, as que foi atribuído um tratamento especial.

Em segundo lugar podemos oferecer uma solução clara e controversa e também objetiva talvez. É uma solução que não pode ser utilizada por outra parte interessada. Que é uma organização intergovernamental registada conforme o artigo 100 da convenção de Paris, pode sim fazer. Estamos convencidos, temos a certeza de que a nossa causa é legítima e poderosa, e vamos continuar insistindo nela.

Não queremos chegar a um confronto mas achamos que os nossos princípios são firmes. Inclusive, ainda mais agora, à luz das limitações orçamentais que todos estamos sofrendo. Então, trabalhemos em conjunto, solucionemos de uma vez para sempre esse assunto para satisfação de todas as partes envolvidas, inclusive as OIG, isso vai permitir então trabalharmos sobre desafios mais de fundo que a Internet está a enfrentar, agora e no futuro. Eu quero lembrar que as OIGs são aquelas que defendem as políticas públicas em áreas que são essenciais para a Internet como por exemplo a liberdade de expressão, os princípios de mercado. Estamos dispostos a operar e participar sobre toda a forma possível para encontrar uma solução. E queremos continuar a participar no GAC e na ICANN em particular porque achamos que esses assuntos serão,

vão continuar presentes por muito tempo no que tem a ver com a Internet.

Eu acho que o debate de hoje vai ser positivo e também esperamos que esse debate se veja refletido no comunicado final do GAC. Muito obrigado pela atenção, e tanto eu como os meus colegas estamos ao vosso dispor para responder às vossas perguntas. Muito obrigado.

PRESIDENTE DRYDEN:

Muito obrigado pela apresentação. Nesse momento gostaria de lhes perguntar se há alguma pergunta para fazer para as OIG que estão aqui, ou se há qualquer comentário que os senhores queiram fazer.

Coreia do Sul, por favor.

COREIA DO SUL:

Muito obrigada à senhora presidente.

Eu sou o diretor de uma divisão de comunicações e estou muito honrado de poder falar hoje de manhã perante os senhores. Na República da Coreia apoiamos o comité intergovernamental para a proteção, o sistema de nome de domínios especialmente. Sobre os nomes, os novos gTLDs, na apresentação de hoje vamos poder entender o estado especial de todas as organizações intergovernamentais e da proteção legal. Como membro dessa organização, nós não queremos chegar muito longe, é um procedimento legal para poder proteger os nomes e os acrónimos no DNS assim como os nomes também.

Isso vai desviar os fundos para outros setores do seu próprio interesse. Eu mencionei, em outros organismos da ICANN, o papel que há para a proteção e os níveis internacionais e os tratados internacionais em múltiplas jurisdições. Agora também consideramos que a OIG cumpre os critérios com base na justificação e sugiro fortemente que o GAC leve em consideração e aceite o pedido das OIGs para exclusão das OIGs dos nomes e acrónimos da restauração por parte do DNS.

PRESIDENTE DRYDEN:

Palavra à Suíça.

SUIÇA:

Obrigado senhora presidente.

(...)

É necessário que eu lembre que a Suíça é sede de muitas reuniões internacionais e uma das razões pelas quais o problema que se apresenta hoje nos preocupa. É evidente que o governo suíço dá o suporte à ação das organizações internacionais e deseja que o GAC se dirija no mesmo sentido, caminhe no mesmo sentido.

Assim como os estados têm um tratamento especial quanto ao código de país, nos parece que seria normal que as organizações internacionais que também surgem, decorrem dos estados, como a colega acaba de mencionar, que isso também beneficie de um tratamento específico e particular.

Finalmente devo dizer que as organizações internacionais não obtêm um estatuto particular e tem que dedicar verbas financeiras importantes para a proteção dos acrónimos, no sistema de internet. Esse enfoque não nos parece aceitável, e devo manifestar ainda que nós achamos que o dinheiro deve ser empregado para projetos das organizações internacionais, como por exemplo, o suporte para os projetos dos países em desenvolvimento e não ter que pagar advogados, consultores e pagar impostos para poder registar os acrónimos.

Muito obrigada senhora presidente.

PRESIDENTE DRYDEN:

Obrigada pela sua apresentação, passo agora a palavra ao Reino Unido e depois Portugal.

REINO UNIDO:

Obrigado, bom dia para todos. E obrigado pela apresentação que foi muito clara, muito concisa e articulada porque expressou os assuntos que nos preocupam e o interesse em particular para os contribuintes que foi de facto muito útil.

Sempre reconhecemos, é muito bom ter essa oportunidade de debater com os senhores e com os colegas das OIGs que estão aqui para nos ajudar a levar para a frente a decisão.

A minha pergunta é a seguinte. Terão tempo para ver o relatório preliminar quanto à proteção dos nomes das organizações internacionais dentro dos GNSO, ou seja, o conselho do GNSO

avançou nesses assuntos, em cima desse relatório, gostaria de saber se tiveram oportunidade, se não gostaria que tivessem oportunidade de analisar esse relatório porque tem uma recomendação de que o conselho de GNSO vai reconsiderar se inicia um processo de desenvolvimento de políticas para poder desenvolver qualquer outro conselho ou assessoramento de políticas para criar proteções adicionais.

A minha pergunta seria se os senhores têm algum comentário a respeito desse processo basicamente se o conselho de GNSO iniciou, ou começou o trabalho nesse sentido porque já estamos a trabalhar (...) dos novos gTLDs e gostaria de saber se tem algum comentário à primeira rodada? Se tem alguma reflexão nesse sentido.

Por isso agradeço os seus comentários. Pois claro que o GAC e o GNSO vão trabalhar de forma conjunta no que tem a ver com a tomada de decisões e muitos de nós no GAC vamo-nos preocupar por assistir a esse processo que o conselho da GNSO começou.

Muito obrigado.

NICOLAI BEZSONOFF:

Agradeço a Reino Unido. Esqueci uma coisa que é muito importante. Se nós lemos, sim, nós lemos o relatório em conjunto com um número importante de organizações internacionais, e vou pedir ao meu colega que distribua agora, com a sua permissão, o nosso relatório como resposta ao GNSO.

Deveríamos ser um pouco melhor no que toca à proteção ambiental, com tanto papel que temos aqui.

Na substância vocês vão ver a nossa reação. Nós continuamos acreditando que a melhor forma de avançar é a que estamos propondo. Vai preocupar o processo de desenvolvimento de políticas que não teria nenhum prazo nem marco, e não estou a dizer isso de uma forma pejorativa porque a democracia é um exercício doloroso e às vezes leva um pouco de tempo.

Mais do que nunca o tempo é dinheiro, então nós não temos tempo. E não temos dinheiro. O que também é uma forma de responder à segunda pergunta. Não, eu não tomei o tempo de ler 1900 páginas, nem sei quantas páginas são e porque eu deveria, sendo honesto, dedicar o tempo e o tempo de vocês a ler 1900 aplicações ou solicitações sem ter visto? Isso volta um pouco ao pecado original, se me permitem essa expressão bíblica.

Porque eu deveria dedicar dinheiro dos contribuintes a ler uma relação e ver se há alguma coisa que eu deva fazer quando a razão, que é muito simples, no sentido de que há uma garantia de que não há confusão possível na lista porque senão teríamos sido mais protetores. E realmente lamento que tenhamos que utilizar o dinheiro dos senhores, do meu pessoal e portanto o dinheiro dos senhores para ler essa lista, essa relação e fazer com que essas coisas sejam ainda mais complicadas.

Eu não deveria fazer, para último, os colegas também deveriam fazer essa leitura para o seu próprio propósito por isso se multiplica.

Estamos multiplicando, e de facto os senhores sabem muito bem, porque estão (...) o tema. Eu acho que seriam sensíveis e sensatos.

Eu tenho que voltar à minha posição. Eu escuto (...) que não haveria qualquer problema mas eu de facto vou ter que verificar.

Muito obrigado.

PRESIDENTE DRYDEN:

Muito obrigado pela sua resposta. Tem a palavra agora Portugal e depois a Noruega.

PORTUGAL:

Obrigado, eu vou falar agora em Português.

Como os membros do GAC sabem, Portugal defendeu de forma inequívoca em reuniões anteriores e muito explicitamente na Costa Rica, que os nomes das organizações governamentais internacionais, IGOs, sejam protegidos *à priori* no registo de gTLDs. As razões apresentadas por Portugal em reuniões anteriores, embora não documentadas legalmente pelo porta palavra das IGOs que aqui participa são no fundo as mesmas. Esta proteção deveria ser garantida pelas razões apresentadas e por questões de princípio. Mas também é para nós, Portugal, absolutamente claro que havendo organizações não-governamentais a que são dadas proteções deste tipo, como a Red Cross e o Comité Olímpico Internacional, essa proteção também tem que ser dada a organizações que se mais que se qualificam para esse tipo de apoios. Portanto por maioria de razão deveriam ser admitidas,

temos por um lado razões de princípio que foram evocadas anteriormente e em segundo lugar, agora, face á circunstância que foi criada, também razões de equidade.

Obrigado.

NORUEGA:

Muito obrigado senhor, pela sua apresentação. Sinto a sua frustração e devo dizer que eu devo voltar a ICANN. Claro que como os senhores sabem todos pedimos aos representantes de governos reunidos aqui, pedimos que tomem decisões de políticas a respeito do governo. Como já mencionaram todos os senhores nas suas apresentações a respeito dos princípios do gTLDs, em março de 2007, depois pedimos a proteção desses nomes das IGOs. Por isso eu acho que esse é um bom ponto de partida para esse debate.

Não teremos direito, não teremos tempo de entrar em todos os detalhes nessa sessão aqui mas isso que tentamos fazer como governo para ter um consenso e conseguir que a comissão da ICANN tome as medidas necessárias para proteger e escutar o interesse público a respeito das políticas a serem implementadas. Nós no GAC demos o assessoramento quanto à proteção dos nomes, siglas e com base nessa prova de dois níveis da proteção dos tratados internacionais e essas leis internacionais que seria muito importante para o GAC.

Igual de que outros nomes e siglas também tenham a proteção como já foram mencionadas nessa rodada. Eu acho que seria uma boa ideia para o GAC discutir isso e depois apresentar nas rodadas

seguintes dos gTLDs, pelo menos para o primeiro nível. Não entrarei agora a discutir a respeito do segundo nível, que é uma outra discussão e muito mais ampla também.

Mas eu acho que a sua apresentação explicou muito bem e deu uma base para o debate do GAC e nos deu informação muito útil, e argumentos também para uma discussão no futuro a respeito desse tema.

PRESIDENTE DRYDEN:

Muito obrigado Noruega.

Eu acho que é tudo muito útil para que exista um caminho para avançar.

Palavra agora para a UPU.

UNIVERSAL POSTAL UNION:

Senhora presidente, gostaria de falar no meu português natural mas vou continuar a falar no idioma inglês.

Apenas para continuar com as considerações apresentadas pela OECD gostaria de agradecer por assumir essa iniciativa de falar em representação nossa. Nós estamos completamente de acordo com a ideia apresentada e gostaria de voltar à proposta que fez o representante do Reino Unido que destaca novamente que a Universal Postal Union que apresentou algumas questões aqui no GAC a respeito dos TLDs e parte dessas discussões são na maioria discussões que tem a ver com questões e princípios que são

aplicáveis às organizações intergovernamentais por isso estamos satisfeitos de obter o apoio dos senhores e senhoras.

Os assuntos estão avançando um pouco mais rápido para o lançamento desses domínios. Mas voltando à pergunta do Reino Unido, a UPU apresentou-se no documento preparado pela OECD com algumas mudanças mínimas, diríamos. Está à disposição pública para os membros do GAC para fazer algum outro comentário com a intenção de esclarecer algumas inconsistências apresentadas no relatório preliminar da GNSO.

Gostaria de lembrar também, e isso está nos conteúdos dos comentários que qualquer ponto de vista que deva ser adotado pela ICANN ou pela comissão deve ter base no padrão objetivo e numa base legal precisa. Temos que lembrar que a ICANN, inclusive como exemplo os membros que fazem parte dela, tem que concordar com os estatutos, porque essa organização tem que realizar as suas atividades conforme as convenções internacionais, do direito internacional como com o direito local. E isso está em linha com o mandato do GAC para poder dar assessoramento quanto às atividades da ICANN na medida em que se vincula com as preocupações dos governos, os tratados. E essas preocupações já foram apresentadas aqui mesmo, nessa mesma sessão.

Se há um grupo dentro dessa organização que tem que cumprir esses princípios e tem que dar assessoramento claro à comissão da ICANN é o próprio GAC. Quanto ao que nos diz respeito, nos apresentamos e esses princípios e essas disposições estatutárias para que os senhores possam dar maior assessoramento com o

estabelecimento de políticas. Portanto não podemos fortalecer ainda mais o que estamos a dizer agora e a junta deve fazer uma avaliação correta e tomar as melhores decisões no interesse dos estados membros que são membros dessas organizações.

Novamente agradecemos a oportunidade. Um pequeno esclarecimento quanto ao teste de dois níveis. Eu acho que Nicolai expressou muito bem, e apesar de que as OIGs deram aos senhores muita informação inclusive quanto ao direito, do direito local aplicado aos nomes e às siglas das associações intergovernamentais isso não deve ser considerado como uma doutrina válida porque há muitas instituições que não requerem a aprovação de leis domésticas locais para assegurar a aplicação dos tratados que estão subscritos.

Por isso senhora presidente, agradeço a oportunidade de falar.

PRESIDENTE DRYDEN:

Muito obrigada pelo comentário, o tempo está a esgotar-se. Mais duas solicitações aqui no público e depois encerraremos a sessão.

ORG. INTL. DA FRANCOFONIA:

Eu vou falar em francês.

Muito obrigado senhora presidente por ceder a palavra. Eu gostaria de ter uma intervenção em nome da Organização Internacional da Francofonia, que é uma organização intergovernamental que agrupa 75 países membros e foi criada em 1970.

Gostaria de em nome da Organização Internacional da Francofonia agradecer a todo o grupo que fez o trabalho que foi apresentado e que deu argumentos muito pertinentes a respeito dos quais não voltarei, mas tem todo o nosso apoio e a nossa organização agradece e apoia tudo aquilo que foi falado.

Também quero aproveitar a ocasião para agradecer ao conjunto de países que concordam com essa posição, que vão permitir que nós cumpramos com aquilo que é esperado. Porque nós estamos aqui para servir os estados com fundos públicos que têm que ser utilizados de forma devida.

Eu agradeço ao GAC o seu apoio e também apoio a sua posição. Muito obrigado.

PRESIDENTE DRYDEN:

Muito obrigada. Último palestrante, participante é o da Dinamarca.

DINAMARCA:

Foi muito útil esclarecer os argumentos. Eu acho que será uma base muito boa para continuar debatendo esses assuntos dentro do seio do GAC. Por exemplo, se temos que ampliar os princípios de proteção do Comité Olímpico Internacional e da Cruz Vermelha a outras organizações. Eu acho que esse é um debate que vamos apoiar e também falamos em agosto de 2011, incluímos na lista do GAC então agora que temos os argumentos claros por parte dos senhores temos uma boa base para continuar debatendo a respeito.

Muito obrigada.

PRESIDENTE DRYDEN: Bom, último pedido pela parte do Senegal.

SENEGAL: Quero agradecer à OECD por essa apresentação tão clara, realmente agradeço a clareza dos pontos em nome do governo do Senegal.

Apoiamos também a proteção dos nomes e siglas das organizações intergovernamentais internacionais.

PRESIDENTE DRYDEN: Obrigado Senegal. Outro pedido.

JAPÃO: Eu não posso identificar nomes na lista. O Japão vai compartilhar essa posição de iniciar o debate quanto ao debate desses nomes.

PRESIDENTE DRYDEN: Muito obrigado Japão. E vejo aqui outro pedido, não posso identificar quem quer falar. Mas vejo que querem falar.

PAQUISTÃO: (...)

Há uma sugestão de que o tema apresentado pelas OIGs é importante então o GAC tem que discutir esses métodos com a

junta durante a reunião que está programada para hoje com a junta. É realizada às quatro da tarde.

PRESIDENTE DRYDEN:

Obrigada. Com isso podemos dar por encerrada a sessão, muito obrigada pela apresentação que fizeram. Eu acho que todos foram escutados, eu acho que os assuntos estão bem identificados e anotamos também das apresentações e do documento que apresentaram a respeito da GNSO. Vamos continuar com esses assuntos nos concentrando especificamente numa segunda rodada, no futuro talvez, para poder trata-lo.

Mas sim, precisamos de mais debate no GAC a respeito dos detalhes, mas eu acho sim que temos um bom ponto de partida.

Muito obrigada e boa sorte.

Agora vamo-nos reunir com a ALAC, então peço aos senhores que fiquem, aos representantes do GAC que fiquem sentados porque estamos atrasados na agenda.